PARECER 255/2019

Parecer ao Projeto de Lei 095-E, de 12/11/2019, que "Dispõe sobre a criação da Imprensa Oficial do Município da Estância Turística de São Roque, na forma eletrônica e impressa".

Pretende a Administração Municipal, com o aludido Projeto de Lei, a criação da Imprensa Oficial do Município da Estância Turística de São Roque, na forma eletrônica e impressa.

A criação do Diário Oficial do Município tem por finalidade a publicação dos atos oficiais do Poder Executivo e do Poder Legislativo, o qual poderá ser de forma eletrônica ou impressa, de acordo com a necessidade da administração pública, inclusive com possibilidades de publicações diárias se editado eletronicamente.

A medida tem por escopo dar maior transparência e publicidade aos atos praticados pela administração pública em consonância com os princípios constitucionais vigentes, dando acesso gratuito e irrestrito a todo e qualquer cidadão, através da rede mundial de computadores.

É o necessário

Inicialmente cumpre-nos esclarecer que o referido Projeto de Lei Complementar foi protocolado nesta Casa Legislativa, na presente data, dia 18 de novembro de 2019, segunda-feira, às 09h01.

Assim, considerando o exíguo prazo conferido a esta Assessoria Jurídica para análise do Projeto de Lei para parecer opinativo quanto aos requisitos de admissibilidade e mérito, nos restringimos à manifestação quanto àquele requisito.

Portanto, quanto à temática contida no projeto em questão, temos a informar que a Lei Orgânica do Município, no artigo 60, § 3º, trata das iniciativas privativas do Prefeito para propor determinadas proposituras, conforme vejamos:

Art. 60. (...)

§ 3º São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que:

III - criem, alterem, estructurem as atribuições dos órgãos da Administração direta, autárquica ou fundacional.

Neste mister, quanto à iniciativa, o projeto é revestido de legalidade, uma vez que trata da criação de órgãos da administração direta e seus cargos, todos previstos no dispositivo supracitado.

Nos termos da Constituição Federal, cada ente estatal tem autonomia para estabelecer o funcionamento dos seus serviços administrativos, com observância dos ditames constitucionais e respeitado o interesse público.

Diante do exposto, o projeto em apreço encontra-se apto a ser deliberado pelas Comissões Permanentes de "Constituição, Justiça

e Redação”, cujo mérito, quanto a conveniência e oportunidade é de exclusiva competência dos Edis.

Para aprovação, maioria absoluta (art. 54, §1º, XI, RI), única discussão e votação nominal.

É o parecer,

São Roque, 18 de novembro de 2019

YAN SOARES DE S. NASCIMENTO

Assessor Jurídico

VIRGINIA COCCHI WINTER

Assessora Jurídica